



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
QUINTA DA BOA VISTA S/N. SÃO CRISTÓVÃO  
CEP 20940-040 – RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL  
Tel. 55 (21) 2568-9642 - fax 55 (21) 2254.6695  
www.ppgasmuseu.etc.br - ppgas@mn.ufrj.br

**Disciplina: MNA 846 – Relações Interétnicas**

**Profa.: Giralda Seyferth**

**Aluno: José Renato de Carvalho Baptista**

**Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California 94105, USA.**

## **O Haiti e os discursos de construção nacional: uma nação constituída no dilema entre a “A França Negra” e “A África Americana”.**

### **Introdução**

*“Habitado aos uniformes simples da colônia espanhola, Ti Noel descobria de repente, com assombro, a pompa do estilo napoleônico que os homens de sua raça tinham elevado a um grau de ostentação ainda ignorado pelos próprios generais do corso.(...) Porém, o que mais assombrava Ti Noel era a revelação de que esse mundo tão prodigioso como nunca tinham visto os governadores franceses do Cabo, era um mundo de negros” – Alejo Carpentier*

O realismo fantasioso de Alejo Carpentier nos leva a um passeio pela história de um país que nasce marcado por fortes contradições. Pode soar repetitivo apontar que nações são construídas a partir de contradições, afinal a tradição hegeliana e marxista que orienta boa parte das análises dos processos históricos, aponta justamente para o fato de que a história se faz exatamente a partir das contradições. Se por um lado isso pode parecer óbvio, de outro lado falar da história do Haiti, e a ficção de Carpentier é um espaço privilegiado para tal percepção, significa falar de um lugar onde a história é de fato o lugar da contradição.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Palco de uma luta curiosa, entre a afirmação de uma nação autônoma, destinada a seguir o seu caminho de independência face ao sistema colonial, num momento histórico de rupturas radicais: a crise do Antigo Regime, o surgimento da moderna noção de indivíduo e dos direitos naturais do homem, e a suprema contradição de se constituir como nação independente que nasce de uma rebelião de escravos. O Haiti é um insuportável contra-senso num mundo onde se fala em direitos do homem e liberdades individuais e, ao mesmo tempo, toda superestrutura material esteja sustentada no trabalho escravo e no sistema colonial. No momento em que surge como nação, o Haiti parece a negação de todos os pressupostos do mundo vigente.

Mais do que isso o Haiti nasce com a permanente contradição interna entre ser uma pátria livre, autônoma, constituída a partir do desejo de seguir o seu próprio caminho, construir uma civilização em novas bases ou render-se aos valores de seus ex-colonizadores, a tensão de construir uma nação negra com valores civilizatórios “brancos”. É a contradição absoluta entre ser uma França Negra, uma civilização francesa constituída de homens negros, ou uma África Americana, uma civilização de bases africanas nas Américas. Será sobre este permanente debate que atravessa o século XIX que vai se erigir a idéia de nação no Haiti.

Nas páginas ficcionais de “O reino deste mundo” de Alejo Carpentier, através do personagem Ti Noel, vemos as diversas tensões que constituem o Haiti como nação. Inicialmente o mundo do colonizador se opõe às reminiscências de uma África sonhada, mítica, de homens bravos, que são ao mesmo tempo reis, sacerdotes e guerreiros. O mundo francês é representado pelo fraco senhor Lenormand de Mezy oposto ao bravo feiticeiro Mackandal, cujos poderes mágicos serão invocados um dia por Buckman, anunciando as guerras de libertação. Depois, a volta de Ti Noel a um país onde a gala dos soldados do imperador Henri Christophe, um negro, parece falar da construção de um mundo branco sob a pele negra, marcado por horrores semelhantes àqueles vividos por Ti Noel na condição de escravo. Por fim, o mundo dos mulatos republicanos, com régua e compassos tentando medir e ordenar o novo mundo segundo a Razão, mundo estranho ao qual Ti Noel, já velho e cansado demais, prefere recusar, transformar-se em animal e esquecer a pátria sonhada como terra da liberdade, como lugar de reviver a grande África perdida.

Se no realismo fantasioso de Carpentier sobra força a tais tensões, a análise histórica do processo de independência do Haiti não é menos rica em contradições. A ficção de Carpentier, aliás, brota justamente das contradições reais do processo histórico e, sobretudo, todos os indícios relacionados com a independência do Haiti nos conduzem invariavelmente a perceber o país se constituindo como uma comunidade étnica, não apenas pelos discursos de formação nacional, mas em especial pelo plano das relações internacionais nas quais o Haiti se encontra inserido no século XIX.

O trabalho que apresento aqui pretende exatamente discutir estas tensões constitutivas deste país singular das Américas, à luz da bibliografia do curso de Relações Interétnicas. Inicialmente proponho uma análise do conceito de nação e a relação entre etnicidade e construção nacional. Para tanto proponho uma discussão desta bibliografia com autores haitianos, especialmente Joseph Antenor Firmin e Jean Price-Mars, cuja preocupação fundamental se dirigia a uma busca do pleno reconhecimento da singularidade haitiana, uma nação surgida a partir de uma revolução nacional onde papel dos escravos foi essencial.

De um lado Firmin se coloca num debate essencial do século XIX, sendo um dos principais críticos das teorias raciais, contrapondo sua obra ao famoso trabalho do Conde de Gobineau, de outro lado, Price-Mars será o principal defensor da singularidade da cultura haitiana, exaltando os valores próprios desta, como um modelo a ser seguido pelas nações americanas e africanas. A principal contribuição de Price-Mars se situa no campo do reconhecimento, na percepção de que o Haiti não pode ser colocado como uma nação inferior às demais, recusando a idéia de que um país formado por ex-escravos esteja abaixo das demais nações, reconhecendo na herança africana certos traços diacríticos que afirmam de um lado a singularidade e de outro a inscrição desta mesma cultura em condições de igualdade com as demais no plano geral da humanidade.

O trabalho divide-se em três seções que discutem inicialmente os diversos aspectos relacionados ao conceito de nação, construção nacional e etnicidade. A segunda seção do trabalho discute a idéia da “França Negra”, o problema de constituir uma nação e as bases fundamentais deste processo. A terceira e última parte analisa as questões abordadas por Firmin e Price-Mars na busca de um caminho autônomo para o Haiti como nação.



## Algumas considerações sobre Raça, Etnia, Etnicidade, Nação e Construção Nacional

Uma das primeiras questões suscitadas pelo trabalho que aqui proponho é exatamente como operar com um conceito tão controverso como a idéia de *Construção Nacional*. Parece óbvio que ao propor um debate sobre este tema, estou assumindo a idéia de *nação* como um fato sociologicamente relevante para pensar como determinados povos organizam-se em torno Estados Nacionais, sobretudo no caso do Haiti, que nos permite pensar como uma comunidade imaginada se formou em torno da idéia de *Marronage* e da oposição de um mundo de escravos a um mundo de senhores. O processo de independência haitiano é a fonte primordial que permite-nos pensar como a questão da raça foi um elemento essencial na constituição de tal comunidade e uma espécie de peso ou tensão fundadora que permitiu a um determinado grupo de indivíduos pensar a si mesmos como algo que nasce em oposição a todo um sistema social vigente, como uma negação de um mundo particularmente hostil a uma minoria constituída a partir de determinada raça ou etnia.

Inicialmente, temos um problema que nos leva a uma série de questionamentos, sobre até que ponto as noções de raça e etnia se confundem. Se por um lado o termo etnia quase sempre aparece ligado a certos traços essencialmente culturais, tais como língua, hábitos, formas de ser e de fazer, o termo raça se liga aos aspectos biológicos/morfológicos das populações humanas. Torna-se impossível pensar o caso haitiano sem que tais noções sejam constantemente confundidas ou na supressão do termo etnia por estarmos referidos a um país essencialmente racializado. Sendo uma ex-colônia francesa que nasce de uma revolta de escravos, o Haiti é um país de negros, sendo muitas vezes pensado como um país de africanos criado em solo americano.

Logo, é preciso pensar nas narrativas que são escolhidas como eixo da história nacional e como esta história se liga essencialmente a criação de um mundo que oscila de modo permanente entre heróis pardos e mulatos, criando um novo país a partir de uma revolta que visa sobretudo eliminar a escravidão, mas que se converte em uma revolução nacional, levada à cabo pelos escravos fugitivos, pelos *boçais* e pelos *marrões*. Tamanha é a importância da *Marronage*, que um dos monumentos nacionais, ao lado daqueles que homenageiam os heróis nomeados da independência, Toussaint L'Ouverture, Dessalines,

Christophe, Capoix, Alexandre Pétion, está um monumento que homenageia o *marron* desconhecido, herói anônimo da nação que brota da luta de independência.

Mas as narrativas sobre a independência do país não param por aí, indo além no que tange as especificidades da cultura nacional. Se por um lado, no período de afirmação da nova nação, a religião vodu e a língua *créole* aparecem como sinais de um atraso que precisa ser superado, estas narrativas falam do herói mítico Mackandal como um símbolo da *marronage*, como aquele que através de seus poderes místicos recusou o mundo dos senhores e se lançou contra este, e que foi através do sacrifício vodu realizado pelo jamaicano Buckman no Bois Caiman que se fez a unidade entre os mulatos livres organizados em um exército e os boçais, negros fugitivos, desencadeando a grande revolta escrava que criou o país. A ficção de Carpentier mais uma vez nos coloca diante de uma narrativa que confunde mito e realidade, mas fala, sobretudo, de uma unidade em torno de certos valores culturais que estarão em permanente tensão.

Portanto, pensar em nação implica discutir o conceito, tanto do seu ponto de vista antropológico, como do ponto de vista político, tendo em vista que ambas as percepções se confundem o tempo todo e, de certo modo, a primeira nutre a segunda de uma série de aspectos simbólicos. É muito complicado definir com precisão o que seja uma *nação* e os limites sobre os ela se estende. Não são necessariamente as fronteiras culturais que definem tais limites, pois em uma mesma nação podem conviver culturas absolutamente distintas, nem mesmo as fronteiras políticas, sendo estas, por natureza, ligadas a um território específico.

Estas questões se colocam, sobretudo, porque há nações que vivem divididas entre fronteiras políticas diferentes. Os casos dos povos curdo e palestino servem como exemplo desta situação e, ao mesmo tempo, há estados nacionais que abrigam povos que reivindicam sua autonomia e sua identidade, como no caso específico da Espanha, que abriga os povos basco e catalão, por exemplo. Temos casos típicos de povos que vivem sob uma mesma bandeira nacional, mas que reivindicam sua identidade, língua, cultura e história próprias, ou ainda povos que reivindicam a existência de um Estado Nacional, ainda que sem uma base territorial, cujo pressuposto fundamental para existência destes estados é exatamente o fato de possuírem língua, cultura e história próprias.

Para uma definição sobre a idéia de nação quase sempre temos relacionado um discurso sobre nacionalismo, este talvez de muito mais fácil definição, talvez porque quase sempre este seja um discurso nativo, onde uma doutrina de caráter político pode até assumir contornos étnicos, culturais ou mesmo religiosos, mas se refere, sobretudo, a traços distintivos que identificam os membros de uma comunidade política específica, independente de uma base territorial. Neste sentido, caminhamos em direção ao que Anderson (1991: 6 – 7) define como *comunidade imaginada*, onde a partilha de sentimentos comuns fornece os referenciais para uma comunhão em torno de certos ideais ou traços diacríticos, mas por se tratar primordialmente de uma comunidade soberana de indivíduos iguais em direitos e deveres, que devem coabitar de forma fraterna.

Nações são “inventadas”, são criadas certas condições para que essa “fraternidade”, essa comunhão de sentimentos efetivamente exista. Citado por Anderson, Gellner chega a afirmar que não se trata de pensar nações como surgindo a partir de uma tomada de consciência destes sentimentos comuns, mas que o nacionalismo inventa estes sentimentos e essa consciência com os quais os indivíduos se identificam.

Considerado uma grande referência sobre o tema, o texto de Ernest Renan (1882) “O que é uma nação”, aponta para os aspectos referentes à memória coletiva dos povos. Serão os esquecimentos e recordações mútuas que consolidam um fundo comum sob o qual são erigidas as nações. Também terá um papel fundamental a convergência de um conjunto de fatos históricos, não aqueles ligados às genealogias ou à nobreza ou elites nacionais, mas justamente os sinais da dominação de um grupo sobre outro que precisam ser esquecidos para que exista uma história comum de um povo.

Renan aponta então para *raça* como elemento unificador, no entanto, a raça à qual o autor se refere não se reporta ao dado biológico, intangível no entendimento do autor, visto que este afirma categoricamente que não há raças puras, e que os povos são formados exatamente pela confluência de diversos grupos étnicos. No entanto, este mesmo esquecimento fundamental para o surgimento de alguma nacionalidade é o que cria o fundo comum das raças. Ao esquecer suas origens eslavas ou gaulesas é que surge a idéia de uma raça germânica entre os alemães, por exemplo.



O mesmo Renan, no entanto, afirma que nenhuma das condições que aponta como essenciais para a constituição de uma nação, sejam a língua, o território comum, a religião e mesmo a raça não são capazes de modo isolado a criar um sentimento de unidade nacional. Na verdade, o texto do autor tem muito mais um caráter de exortação ou aclamação, do que propriamente permite uma análise profunda conceito de *nação*. Seus argumentos podem se revestir de um caráter metafísico, no entanto, servem de modo perfeito para compreender aquilo que Benedict Anderson chama de “comunidade imaginada”. Renan fala de um sentimento coletivo do qual os homens são tributários, através do qual se consolida a idéia de uma nação, esse sentimento coletivo brota de uma conjugação entre fatores históricos e a memória construída por estas coletividades.

Serão estes mesmos fatores que fornecem os pressupostos dos nacionalismos. É na exacerbação de certos traços diacríticos que as nações encontram o substrato para uma diferenciação em termos absolutos. Por outro lado, o discurso nacionalista refere-se a proteção de algumas instituições, seja a cultura ou uma base territorial.

O fato é que a idéia de nação é um fator simbólico de mobilização de recursos de ordem política, muitas vezes em favor de uma ordem social ou ordenamento jurídico, ou ainda, de um conjunto de valores que definem uma identidade ou caráter nacional. O entendimento que orienta as nossas reflexões é que a idéia de nação está reportada a um conjunto de aspectos simbólicos, que podem ser acionados através de certos discursos de afirmação da identidade de uma comunidade política ou aos interesses ligados ao controle da ordem social sob a qual se edifica um Estado.

Em *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, Max Gluckman apresenta-nos uma perspectiva bastante interessante que nos permite extrapolar suas proposições. Seu trabalho permite a análise de quadros mais ampliados, onde os estados nacionais podem ser vistos como um jogo de conflitos e tensões que são administrados visando formar uma rede mais ampla de relações. Um dos méritos principais deste trabalho é buscar uma situação social específica onde o sistema de relações não se reporta a uma integração clara entre os atores sociais envolvidos, mas a uma interatuação forçada em esferas de interesse comum, conjugando interesses e posições simbólicas concretamente distintos.

A principal contribuição de Clyde Mitchel no campo dos rituais políticos parte de suas observações sobre as relações entre africanos e não africanos nos quadros do sistema colonial. Tributário das posições de Max Gluckman, através de um ritual ele consegue perceber as inúmeras expressões assumidas pelas relações entre brancos, grupos tribais e africanos habitantes de áreas urbanas. Na verdade, as observações contidas em *Kalela Dance* dizem respeito às complexas relações contidas num quadro de mudança social, tal como procede Gluckman em *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*.

*Kalela* nos permite olhar para o ritual como uma expressão das transformações sociais em curso na região do Copperbelt, onde a migração de áreas rurais começa a influenciar de modo muito nítido os hábitos e as atitudes dos indivíduos, aproximando-os da cultura ocidental. O ritual recorre às origens tribais das cerimônias, utilizando referências a estas origens, no entanto, utilizando trajes ocidentais e referências a posições sociais de caráter urbano (*doctor, sister, nurse*). O fato relevante é que para a administração colonial os chefes tribais ainda desempenhavam um papel de liderança, em oposição aos trabalhadores *white collar* de origem africana que começavam a formar uma espécie de elite urbana. Ao mesmo tempo, opõe-se a estes trabalhadores *white collar*, letrados e adaptados à cultura ocidental, os trabalhadores das minas de cobre, sindicalizados, estabelecendo um complexo sistema de relações.

Ao colocar este jogo de relações e de forças, onde aparecem chefes tribais, trabalhadores urbanos de duas ordens distintas e posições sociais do sistema colonial, o ritual expressa a complexidade da estrutura social, reconhecendo o valor das tradições tribais, evocadas nos atos da dança e nos cantos, mas apontando para a situação de contato entre duas culturas muito distintas, buscando exprimir de algum modo a realidade da situação social analisada por Mitchel.

Se pensarmos as contribuições destes autores no campo da constituição da nacionalidade, estes jogos de relações são fundamentais para imaginarmos como certas comunidades políticas afirmam a sua existência enquanto nações através destes rituais, que exprimem de alguma forma o arcabouço social e jurídico sobre o qual são erigidos Estados Nacionais. Rituais tanto podem negar, como afirmar posições sociais, invocar poderosos sentimentos que unem indivíduos em torno valores comuns, ora suprimindo, ora afirmando diferenças de fundo entre os grupos que constituem uma nação.

No entanto, o caso haitiano nos fornece ainda uma outra questão, referida essencialmente à dicotomia senhor/escravo. Se por um lado, a superação de uma situação colonial no início do século XIX impôs uma pesada derrota ao poder metropolitano, visto que várias nações ao longo deste período tornam-se ex-colônias, lideradas por movimentos forjados a partir de elites de origem nacional, de outro lado o Haiti aparece como um impacto profundo não apenas no campo das relações políticas e no quadro da economia do sistema colonial, mas no sistema de relações entre os homens, reivindicando uma igualdade absoluta entre ex-escravos negros e seus senhores.

A independência da ilha de Saint Domingue criou nas nações emergentes da ruptura com o sistema colonial um verdadeiro pânico com a possibilidade do fim do sistema escravista. A visão economicista de alguns historiadores embotou a possibilidade de ver no Haiti um sinal de uma transformação mais profunda no quadro das relações. As reações nas diversas ex-colônias da América, que apontavam para o fim da escravidão, são normalmente vistas como um processo meramente marcado pelas novas necessidades da economia mundial do período. O impacto da revolução haitiana sobre um mundo que se apoiava na mão de obra escrava foi muito mais profundo do que se supõe.

O problema da raça surge então como uma pedra de toque do debate sobre o surgimento do Haiti como nação, sendo uma questão quase que indissociável da história do país. A dicotomia senhor/escravo se sustenta sobre a idéia da inferioridade intelectual do negro que, no limite, seria decorrente de sua inferioridade racial. No quadro internacional da primeira metade do século XIX era impossível imaginar um país de negros que se colocasse de igual para igual no concerto das nações. Mais do que isso os massacres que envolveram a população branca no Haiti criaram uma imagem de barbárie e canibalismo da qual o país não conseguia se dissociar. O curioso disto é que nações que massacraram populações indígenas na América enxergavam com horror os atos de uma nação que brotava de uma população de escravos.

Será então sobre este debate que se estrutura toda uma tradição intelectual haitiana. No primeiro momento, diversos intelectuais farão esforços continuados para provar que o país, a despeito de suas ligações com o passado africano de sua população, será capaz de desenvolver uma cultura ligada à tradição intelectual européia, rompendo com este passado. Neste sentido, o Haiti tentará implementar um estado “moderno” nos

mesmos termos das nações européias, buscando o reconhecimento de sua independência através de negociações com as potências estrangeiras e da tentativa de inclusão nos quadros da economia agroexportadora.

**Em busca de uma “Identidade Nacional”: O Haiti, uma civilização francesa constituída por uma população de negros libertos ou “Como ser uma “França Negra””.**

O processo de independência do Haiti foi marcado por diversas reviravoltas e conflitos e por uma luta permanente para superar inúmeros estigmas, que ainda nos dias de hoje são percebidos como sinais de um país atravessado pelo atraso e por inúmeras carências. Sendo o país mais pobre da América e, segundo dados da ONU, um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, cuja história é marcada por períodos de ocupação estrangeira e por longos períodos ditatoriais, o passado e o presente vive confundindo-se de modo constante no Haiti.

Sem dúvida alguma as reações à independência de Saint Domingue, a parte ocidental da Ilha de Hispaniola, de colonização francesa foram fundamentais para a construção daquilo que hoje se vê no Haiti. A dificuldade de se estabelecer no quadro das nações, fugindo do isolamento forçado pela sua condição de ex-colônia formada por uma população eminentemente formada por ex-escravos, marcou o início do país como nação. Era preciso, antes de qualquer coisa, buscar o reconhecimento das potências do início século XIX, recuperar a economia do país arrasada pelas guerras de independência e estabelecer um processo de inclusão dos *marrões* e *boçais* nos quadros de uma nação moderna.

A complexa rede de relações sociais que veio se estabelecendo desde meados do século XVIII promoveu a ascensão de uma elite crioula, formada por mulatos livres, onde certo grau de mobilidade social colocava, nos mesmos salões, os “gens de couleur” e a elite senhorial branca. Neste mesmo momento há um intenso debate sobre essa situação, que incomodava profundamente a elite branca, provocando uma reação na Metrópole, através de editos do Rei francês, proibindo a elite dos mulatos livres de residir na França e de contrair matrimônio com brancos. A tensão provocada por tais medidas e um ambiente de grande discriminação destes mulatos será o caldo de cultura para diversas

classificações raciais, apoiadas numa distinção a partir do tom de pele dos indivíduos. Conforme aponta C.L.R. James:

*“(...) os que eram quase brancos desprezavam aos homens de cor que não eram mais do que meio brancos, e estes, por sua vez, aos de pele mais escura assim sucessivamente (...)”* (James, 1963: 14)

A partir de 1789 as mudanças promovidas pela Revolução Francesa e as informações sobre as idéias de igualdade entre os homens advindas deste processo começam a chegar na colônia, criando uma nova imagem para os mulatos livres. Tais mudanças, no entanto, refletiam muito pouco ou quase nada sobre a vida das populações escravas.

No entanto, partir de 1791, lideranças mulatas começam a armar as populações escravas em levantes promovidos nas província do Norte e do Oeste da ilha, visando uma ruptura com o monopólio comercial metropolitano, prometendo às massas escravas participação nos lucros comerciais e mais dias de folga. Essas primeiras investidas contavam inclusive com o apoio da elite senhorial branca, a despeito de um ambiente de grande desconfiança. A elite mulata ansiava por romper com as políticas discriminatórias e estabelecer novas relações comerciais, sendo esta medida especialmente apoiada pela elite branca (os “grands blancs”).

As sublevações dos negros já vinham de longa data, como uma espécie negação permanente da condição de escravo. Não são poucos os relatos sobre a brutalidade da escravidão em Saint Domingue, e o efeito mais constante disto é a *marronage*, a fuga de escravos. A palavra tem origem na língua espanhola, de *cimarrón*, que quer dizer selvagem, e está relacionada a uma espécie de retorno a uma vida “primitiva”, apoiada na caça, na pesca e nos pequenos saques às fazendas coloniais.

A conversão da pena de morte para os *marrões* armados em prisão em praça pública e trabalhos forçados evidencia os altos custos das inúmeras fugas que vinham ocorrendo, em um sistema sustentado pela mão de obra escrava. Os custos destas inúmeras mortes para os senhores elevaram-se de tal maneira, que a morte dos escravos não compensava para os negócios.

A figura mítica de Mackandal é de um período anterior a estas transformações. Este africano ilustre, originário da Guiné, convertido ao islamismo, foi feito prisioneiro

de guerra em seu país e deportado como escravo para Saint Domingue. Mackandal era bastante influente entre os negros da província do Norte, e em 1758 arquitetara uma revolta de escravos que visava exterminar a população branca e proclamar a liberdade dos negros escravos. Traído, Mackandal é preso e condenado a ser queimado vivo em praça pública. Sua morte, entanto, é cercada de narrativas míticas, tornando-se um símbolo da revolução nacional e da *marronage*.

O que ocorre é que havia no Haiti um quadro cujas condições viabilizam uma freqüência cada vez maior de rebeliões de escravos. Tais condições foram produzidas por uma situação onde a divisão e o conflito de interesses entre as elites branca e mulata conjugada com outros fatores, tais como o distanciamento cultural entre o mundo dos senhores e seus escravos, a superioridade numérica de escravos recém importados da África aos nascidos na colônia, a violência do regime de escravidão no Haiti, aliados às condições geográficas da ilha, que permitiam uma reorganização da vida dos *marrões* em comunidades auto-sustentáveis. Enfim, tratava-se de um conjunto de condições que favoreciam a fuga e a sobrevivência de populações de escravos e sua organização cada vez mais freqüente em sublevações contra a ordem colonial e escravocrata.

Entre os escravos a identidade étnica exercia o papel de externar não apenas o pertencimento aos grupos e às tradições culturais de origem africana, funcionando como um elemento de rearticulação das diferenças entre senhores e escravos. A convivência escrava permitiu o surgimento de alianças entre diferentes identidades étnicas e o vodu acaba sendo a linguagem que fornecia o substrato ideológico para uma organização cada vez mais sólida entre as massas escravas. Ainda que não apagasse as diferenças étnicas, o vodu acaba sendo uma força ideológica que intensifica os laços unidade entre os cativos.

Ao canalizar as diversas manifestações religiosas de grupos heterogêneos o vodu é um elemento de confronto com o cristianismo, religião do mundo dos senhores, exercendo um papel semelhante às pregações de Jefferson e Adams nas colônias britânicas da América do Norte. A cerimônia vodu celebrada por Buckman no Bois Caiman foi um dos sinais que disparou as inúmeras revoltas escravas que vieram a culminar na vitória final em 1803, contra as forças de França e Inglaterra empenhadas em suprimir a revolução nacional haitiana.

Ao iniciar-se o primeiro governo haitiano livre do jugo colonial, Jean-Jacques Dessalines anuncia o rompimento com a Santa Sé, por esta não reconhecer a independência do país. Há de fato uma relação ambígua ou mesmo contraditória das lideranças revolucionárias com o vodu, posto que este era identificado demais com uma imagem africana para o país. Toussaint Louverture em 1801 defendia que a única fé que poderia ser declarada publicamente era a fé católica. No entanto, os atos de Dessalines pregam um Estado laico, onde o divórcio é admitido e o casamento é um ato puramente civil, autorizado pelo Estado.

A nova realidade que se desenha no país mostra uma terra ideologicamente dividida, marcada por um claro divórcio entre duas vertentes articuladas de modo precário numa unidade cheia de conflitos e clivagens, produzindo um ambiente instável. De um lado uma elite crioula, de proprietários, comerciantes, profissionais liberais e funcionários, formalmente católica e ligada à língua e tradição intelectual francesa, que controlava o Estado, representando uma parcela mínima da população. De outro lado, os camponeses *boçais*, a maior parte da população, iletrada e ligada ao vodu, às tradições africanas e à língua *creóle*. Carente de representação política, essa massa, no entanto, controlava as principais instituições nacionais: o exército, o mercado e o vodu.

No campo das relações internacionais e da busca de reconhecimento da independência aderir ao catolicismo representava demonstrar ao mundo que o Haiti era uma “nação civilizada”, apoiada nos valores do mundo das grandes potências. No entanto, foi a força de mobilização política do vodu que liderou a revolta que derrubou em 1820 o reinado de Henri Christophe I, cuja corte afrancesada e católica impôs às populações camponesas uma pesada dominação, através do trabalho em fazendas-modelo, onde o açúcar era produzido através de mão de obra servil.

O fato é que a conquista da liberdade pelas massas escravas não representava de modo algum sua inclusão no projeto de nação da elite crioula, que buscava a construção de um Estado autônomo, baseado na mão de obra dos libertos. Através de instrumentos legais de controle e coerção esta elite pretendia a inserção deste Estado no plano das relações internacionais da época. No entanto, vários estigmas marcavam o surgimento do novo país, especialmente pelo fato de colocar homens “de cor” em pé de igualdade com o mundo das potências, que ainda se sustentava na mão de obra escrava.

As diversas contradições deste projeto de nação são ressaltadas pelas constituições do país, que tratam de modo ambíguo as populações de libertos. Ainda sob a égide da metrópole, Louverture estabelece uma constituição onde é dado o direito à propriedade da terra, vinculando, no entanto sua posse à permanência no campo, cerceando desta maneira o direito de ir e vir dos libertos pelo território nacional. O objetivo de Louverture era garantir a produtividade da terra nos níveis do período de submissão à França, dentro dos moldes da racionalidade econômica vigente. A disciplina militar imposta à produção rural encontrou forte resistência entre os negros libertos.

Com a chegada de Dessalines ao poder há uma ruptura total de relações com a metrópole, ruptura que não se efetivara com Louverture, que sempre manteve uma relação ambígua no sentido de declarar a total autonomia haitiana, ora pendendo para a manutenção da relação colonial, ora agindo em favor de uma liberdade mais efetiva da nação. Louverture lutou contra a situação de escravidão, sem no entanto assumir uma ruptura plena com a França, posto que visava construir bases mais sólidas para uma autonomia econômica do Haiti.

Dessalines, no entanto, opera essa separação definitiva, sobretudo porque não tem o mesmo interesse de seu antecessor na recuperação econômica do país, pelo menos nos moldes em que Louverture propunha. Demonstrava ainda ter menos interesse nas relações internacionais, declarando o fim da propriedade para os brancos e promovendo o seu extermínio, autorizando um massacre que terá pesadas conseqüências sobre a vida do novo país. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que sua legislação atacava a propriedade dos brancos, permitia também às mulheres brancas e seus filhos nascidos no Haiti o direito à naturalização, bem como direitos específicos para imigrantes alemães e poloneses estabelecidos no país.

Curioso também notar que sua constituição, a despeito de um complexo quadro de relações raciais, tal como descrevi anteriormente, todos haitianos passam a ser conhecidos pelo nome genérico de *negros*. Tal posição se justifica pela série de compromissos de Dessalines com uma elite negra que a ele estava vinculada.

Com o assassinato de Dessalines, o país se divide em dois, na parte sul, sob controle dos mulatos republicanos, liderada pelo general Alexandre Pétion, e ao norte, controlada por uma liderança negra, Henri Christophe, que se declara rei.



Como já afirmei anteriormente, sob o reinado de Christophe se estabelece uma corte católica e de moldes franceses, apoiada no faustoso luxo, descrito na epígrafe deste trabalho, mantendo a estrutura econômica projetada por Louverture. A manutenção desta estrutura criava, naturalmente, as condições de sua rejeição pela população negra liberta, pois mantinha relações de dominação que se assemelhavam à condição escrava. No entanto, ao sul, os republicanos de Pétion, declarado presidente, mantinham-se vigilantes contra uma possível volta da escravidão, declarando mais uma vez em ato constitucional o fim da condição de escravo.

No plano das relações internacionais, Pétion pretendia estabelecer uma posição de neutralidade do Haiti em relação às demais colônias da América e do Caribe, procurando não interferir nos processos de independência destas. No entanto, tal desejo é apenas aparente, posto que Pétion coloca-se ao lado de Bolívar nas campanhas de libertação de colônias latino-americanas. No plano econômico o projeto de Louverture de fazendas militares é abandonado e é incentivada a pequena propriedade, restabelecendo laços comerciais de modo vigoroso e operando um breve renascimento da economia do sul do país.

No plano da religião, entretanto, a constituição nacional republicana adota a fé católica como oficial, relegando mais uma vez a um segundo plano as tradições culturais africanas e o vodu. Esta posição reflete uma pretensão de que ao abandonar as idéias místicas do vodu e as tradições africanas, o país assume uma posição de racionalização de sua sociedade, renegando uma parte de seu passado para assumir uma posição que igualaria o Haiti às modernas nações do século XIX.

A despeito de representarem uma continuidade histórica com o passado da escravidão, os projetos nacionais do Haiti, expressos através de suas constituições, tentam criar um Estado negro moderno, inserido no contexto das relações internacionais. O grau de autonomia das populações libertas forjou uma nação livre de projetos apoiados em lideranças messiânicas, apesar de todos os aspectos sobrenaturais envolvidos no processo, representados pela religião vodu. No entanto, há uma tensão permanente que é constitutiva da vida do país: uma permanente oscilação entre aceitar a sua herança africana, sem abrir mão de uma modernização da sociedade, e adotar a ideologia do

mundo europeu, rompendo de modo definitivo com essa herança. Será sobre este debate que serão edificadas as idéias de Firmin e de Price-Mars.

### **A “África Americana”: A República Negra no mundo dos Brancos**

Para melhor compreender o dilema haitiano é necessário que façamos um salto no tempo e olhemos para o período de ocupação americana no país, já na primeira metade século XX. Tal ocupação naturalmente não se fez somente em função de uma “missão civilizatória” dos Estados Unidos da América, interesses econômicos e geopolíticos pautaram principalmente esta ação, mas tais interesses foram mascarados justamente pelo discurso civilizatório. Era preciso livrar o Haiti do obscurantismo e de práticas primitivas que campeavam na ilha, era preciso levar àquela república de negros os valores civilizatórios do ocidente, acabar com a prática do infanticídio e do canibalismo (sic) naquele país, frutos de uma cultura que se originara na longínqua e desolada África.

De fato, a ocupação americana a partir de 1915 foi umas das mais pesadas humilhações sofridas pelo país desde sua independência, sendo vista pelos haitianos como uma espécie de “segunda colonização”. O domínio americano trazia consigo o signo do “progresso”, instalando no país a telegrafia, a telefonia e a pavimentação das estradas do país, sem garantir, no entanto, a paz social. Medidas de força, tais como o desarmamento da população camponesa e a desmobilização de tropas nacionais, juntamente a revogação dos dispositivos legais que impediam a posse de terras por estrangeiros, reacenderam velhas tensões oriundas do período de libertação nacional.

A oposição a uma elite mulata e aos brancos tomou a forma de uma revolta, liderada por Charlemagne Peralte, que organizou a resistência através de ações de guerrilha, atacando essencialmente Port-au-Prince, cortando as linhas de abastecimento urbano. A luta entre negros e mulatos no período de ocupação assumiu um caráter religioso, sendo traduzida na forma de tensões entre o catolicismo e o vodu. Conforme aponta Alfred Métraux:

*“La occupation d’Haïti par les marines eut entre autres conséquences celle d’attirer l’attention du monde blanc sur cette religion africaine qu’il imaginait sous de si tenebreuses couleurs. Les rythmes dde tambours qui retentissaient paisiblement dans les mornes pour stimuler l’ardeur des*

*cultivateurs devinrent pour les occupants la voix de l'Afrique barbare et inhumaine affirmant ses droits sur une terre arrachée aux blancs et à la civilization" (Métraux, 1958: 12)*

Na verdade, não foram poucas as obras que suscitaram a idéia de que o Haiti se tratava de uma terra de bárbaros incivilizados, criando uma imagem tenebrosa do país no âmbito do ocidente. Os massacres promovidos nas lutas de independência forjaram a imagem de uma terra dominada pela superstição e pela barbárie. Sobretudo o livro do cônsul inglês Spencer St. Jonh, "*Haiti or the Black Republic*" (1884), que pintara em cores assustadoras um mundo de negros dominados pela superstição.

Temos então um quadro que se constrói exatamente sobre a oposição bárbaro/civilizado, a República Negra do Haiti é o lugar perfeito onde tal oposição se realiza de modo pleno: uma república formada por negros libertos e mulatos que constituiu como nação a partir de uma revolta de escravos. Um país marcado por uma herança africana impressa na pele de seu povo, negros que ousam criar uma civilização diferente em mundo branco. O signo da diferença é ressaltado de forma acintosa pela história haitiana. A pergunta então seria como seria possível que ex-escravos incivilizados pudessem construir algum tipo de civilização que merecesse este nome?

A resposta óbvia era que não poderiam. E tal debate atravessou todo o século XIX permanecendo como um dilema insolúvel no início do século XX. Era preciso dotar estas populações incultas de valores civilizatórios, afastando a mancha do passado africano, mas sobretudo da contribuição da raça negra ao mundo. A outra pergunta seria então, que tipo de civilização os negros seriam capazes de construir?

Agora voltaremos então ao século XIX, momento da consolidação da independência haitiana, para poder enxergar o ambiente intelectual em que esta nação se constitui. Verificamos na seção anterior deste trabalho os dilemas que atravessaram todo o processo de libertação nacional do Haiti, agora voltamos ao debate intelectual e as principais posições referidas à questão racial no século XIX.

Inicialmente, creio que não seja necessário repisar mais uma vez que este momento histórico, ainda sob a influência do Iluminismo e das revoluções americana, francesa e inglesa, temos a emergência de uma noção de homem e de direitos individuais que produz uma guinada radical nas formas de pensar o mundo. A idéia de que os

homens são dotados de uma natureza que é imutável em todas as partes do mundo, estabelece uma nova perspectiva para o ocidente. Todo homem tem em si o germe da evolução e do desenvolvimento, no entanto é preciso alimentar e fazer florescer estas potencialidades presentes em todos os homens.

No entanto, era necessário encontrar uma resposta para o fato de que a civilização ocidental tornou-se capaz de poderosas realizações, enquanto as demais permaneciam em um “estágio inferior de desenvolvimento”. A emergência de uma nova racionalidade, da capacidade de explicar o mundo não mais por argumentos metafísicos exigia provas científicas de todos os fatos do mundo. O mundo não era mais cercado de encantamento, mas se *desmagicizava*. Reis e nações não obtinham sua soberania de um direito emanado de Deus ou de divindades, mas da soberania popular, do povo que os legitimava, e isto tornava reis e senhores indivíduos comuns, dotados dos mesmos potenciais que o mais humilde dos súditos, agora convertidos em *cidadãos*.

Em primeiro lugar, emerge a noção de que as sociedades ou culturas humanas estão em estágios diferenciados de desenvolvimento, e na ausência de uma explicação ligada às forças históricas, será o dado biológico que fornecerá a chave para a solução desta questão. É a biologia que dirá que as raças podem ou não desenvolver certas aptidões. Entretanto, a Antropologia tomará de empréstimo as noções biológicas de raça, para adequá-las às noções de evolução social, desenvolvidas já há longo tempo. O casamento entre uma noção biológica e uma doutrina filosófico-social será o substrato perfeito para a criação das teorias de inferioridade racial.

As forças históricas serão usadas para comprovar estas teorias, visto que a superioridade do mundo ocidental se espalhava pelos cinco continentes, na busca de disseminar, primeiro a verdadeira fé, a fé cristã, depois a verdadeira civilização: a civilização ocidental.

No entanto, serão estas mesmas forças históricas que fornecerão a negação de tais teorias. Ora, como seria possível que um país formado por ex-escravos viesse a derrotar o poderoso exército de Napoleão? Na verdade, não são poucos os lugares onde escravos foram envolvidos em lutas nacionais na América. E estes provavam seu valor, obtendo vitórias relevantes para seus países. Entretanto, vencer batalhas, derrotar poderosos exércitos não será uma condição primordial para provar a capacidade destas populações.

A independência do Haiti causara um violento estrago no mundo dos senhores e seus efeitos eram encarados como tremendamente perniciosos, caso estes se disseminassem pelas demais colônias da América. A vitória da revolução nacional, entretanto, não era suficiente para garantir ao povo haitiano a condição de igualdade com os demais homens do mundo. Aliás, nenhum escravo jamais, ainda que depois de liberto poderia ser visto como igual ao seu senhor.

O debate estava aberto, e a elite intelectual haitiana precisava dar uma resposta efetiva àqueles que julgavam que aquele mundo construído por escravos libertos era digno de figurar entre as demais nações. Se a Antropologia devia oferecer uma visão do homem enquanto tal, como um ser dotado de todas as faculdades intelectuais em toda parte, capaz de desenvolver a cultura, se todas as formas de agir e instituições eram formas embrionárias do modelo de civilização européia, cabia a esta elite intelectual fornecer as devidas provas disto. No entanto, havia um lugar privilegiado para o discurso, e será deste lugar que o Conde Arthur de Gobineau estará falando.

Se por um lado as lutas abolicionistas no Haiti tiveram um lugar privilegiado, por outro lado esta luta nunca incorporou o discurso da igualdade racial. A clivagem entre mulatos e negros, conforme pudemos verificar, atravessou a sociedade haitiana criando um quadro complexo de relações raciais.

Um dos problemas fundamentais do processo de independência do Haiti e da sua posterior construção enquanto nação foi a incorporação das massas escravas ao Estado. O fim da escravidão era um dos motores do processo de independência, no entanto, como vimos, havia graves problemas para reorganizar a produção. E desde o princípio a luta abolicionista não incorporava necessariamente a idéia de igualdade racial entre negros e mulatos. Conforme sugere Laënnec Hurbon:

*“(...) Les abolitionnistes ont tellement peur d’aller á contre-courant du “sens commun”, c’est-à-dire contre les thèses de l’infériorité raciale des Noirs, qui leurs arguments contre l’esclavage se développent essentiellement au tour de principes politiques e économiques, tels l’inefficacité de l’esclavage (c’est-à-dire, as non-rentabilité), la menace qu’il représente pour les colons e les colonies, la nécessité d’éviter des rebellions ou des revolutions comme celle de Saint-Domingue. (...)”*  
(Hurbon, S/D: 274 – 275)

Ao lado da já citada obra de Sir Spencer St. Jonh, figuraria ainda o clássico trabalho de Gobineau, “*De l’inégalité des races humaines*” (1853 – 1855) reeditado com sucesso em 1884, que levantava a questão da inferioridade racial dos negros e amarelos e dos perigos da mestiçagem na decomposição dos caracteres próprios a cada um dos grupos raciais, e ainda o trabalho de Gustave d’Alaux, “*L’empereur Soulouque et son empire*” (1856), que apontava para o “instinto assassino” dos negros, o “elemento bárbaro” e “ultra-africano” da população haitiana, que espalhava o terror pelo país. Por fim, a obra de Souquet-Basiege, um “branco” crioulo<sup>1</sup>, “*Le préjugé de race*” (1853), que adverte para os perigos representados pelo Haiti na contaminação das outras colônias do Caribe com seus costumes bárbaros, afirmando uma natural superioridade dos europeus e de seu papel na condução dos negros ao caminho da civilização (Hurbon, op. cit. : 275).

Será no seio deste debate que surgirá a obra de Antenor Firmin, buscando fornecer provas da aptidão dos negros para a civilização, refutando a idéia de que o mundo dos negros seria o lugar por excelência da tirania, do canibalismo e da superstição. Entretanto, seus esforços iriam contra a corrente do pensamento europeu da época, sobretudo porque apontavam para a negação de todas as teorias científicas vigentes, as grandes sínteses antropológicas de Spencer, Comte, Tylor e Morgan, que colocavam a sociedade européia como o centro da civilização, como o estágio mais avançado da evolução humana.

O esforço de Firmin se dirige a oferecer uma resposta “científica” às teses defendidas por Gobineau. *De L’Égalité de Races Humaines (Anthropologie Positive)* é escrito em 1885 como uma resposta ao trabalho de Gobineau. Firmin era membro da Sociéte d’anthropologie de Paris, foi diplomata e chegou a ser um competente ministro das finanças do Haiti, tendo publicado diversas obras sobre os mais variados temas nacionais haitianos.

Em *L’Égalité* Firmin ataca as teorias racistas de Gobineau, criticando sobretudo a ausência de critérios e provas científicas dos argumentos do conde francês. No seu entendimento, a primeira prova de que os negros não poderiam ser inferiores seria a vasta coleção de heróis nacionais e escritores haitianos, revelando que o Ocidente conhecia

---

<sup>1</sup> O termo *crioulo* se refere aqui àqueles nascidos nas colônias do Caribe e da América Espanhola, independente das diversas formas de classificação racial.

muito pouco sobre as potencialidades dos negros. Defendia que através da instrução qualquer homem de cor seria capaz de atingir os mesmos resultados de um branco europeu, sendo ele mesmo a prova disto. Acreditava que o Haiti poderia ser um grande exemplo para a África negra, ressaltando as qualidades morais e intelectuais da raça negra.

No âmbito do debate interno haitiano, Firmin se posicionava em favor dos negros, que travavam uma luta com a intelectualidade mulata, que declarava sua superioridade por serem “mais próximos” dos brancos, e por isso mais capazes na condução dos destinos nacionais. Para Firmin as teses sobre a inferioridade racial dos negros não passavam de uma mera crença sem base científica, apoiada em preconceitos e que a superação do estágio de inferioridade em que se encontrava a raça negra dependia essencialmente do abandono das práticas e crenças supersticiosas que impediam o progresso dessas populações.

Firmin acreditava, no entanto, que o vodu era um dos sinais do atraso e que o Haiti seria a vanguarda da transformação dos povos da África em nações civilizadas e que o contato com a civilização européia poderia produzir avanços significativos para as populações negras.

A obra de Jean Price-Mars exerce um papel fundamental no campo da afirmação da identidade nacional haitiana, sobretudo em função do período em que ela é escrita, que é aquele referente à ocupação do país pelos Estados Unidos. Se de um lado Charlemagne Péralte foi para o embate direto, na guerrilha contra a ocupação do país, de outro lado, o confronto intelectual tem na obra de Price-Mars a sua principal voz contra os pressupostos que sustentavam esta ocupação.

*Ainsi parla l'oncle* (1927) é uma das obras fundamentais e mais inspiradoras no caminho do reconhecimento da especificidade da contribuição da cultura haitiana para as identidades nacionais africanas e afro-americanas. Com o propósito de desmistificar e reconhecer o valor intrínseco das tradições africanas na formação da cultura nacional, o trabalho de Price-Mars sempre se encaminhou no sentido de demonstrar que as idéias de barbárie e de atraso cultural não poderiam ser associadas a estas tradições, demonstrando o alto grau de elaboração das manifestações culturais e da língua *créole*, vistos então como os sinais mais profundos de uma herança que precisava ser constantemente negada.

A língua *creóle* era vista então como incapaz de colocar o país no âmbito internacional, sendo esta preterida pelas elites nacionais ao francês, para Price-Mars, no entanto, ela aparece como resultado de uma reelaboração da língua francesa nos termos de uma cultura própria, singular, tal como nos processos que originaram as línguas neolatinas no interior do Império Romano. Não se tratava mais de pensar que o *creóle* era uma deformação da língua francesa, mas uma legítima expressão do contato cultural entre esta e o modo de falar do povo haitiano. Percebendo seu ritmo e sua prosódia particulares, Price-Mars enxerga nela um valor específico, tal como fora na Europa à época do surgimento dos Estados Nacionais, onde a adoção de uma língua própria e sua transformação do âmbito da oralidade para a escrita foi fundamental para a construção das grandes nações européias.

Defende a idéia de que o folclore, que para ele uma legítima expressão do conhecimento do povo, não é apenas um conjunto de tradições imóvel no tempo, mas que se atualiza no dia a dia dos povos, fornecendo-lhes o substrato necessário para sua afirmação perante o mundo. Logo, as tradições religiosas haitianas não eram meramente idéias desconexas sobre divindades, mas um elaborado sistema de crença, apoiado em tradições históricas da África. E reconhece, sobretudo, estas tradições como sistemas complexos de pensamento e de ordenação do mundo.

O vodu, dentro de sua perspectiva, não é senão uma forma particular do povo haitiano de entender as relações do homem com a natureza e com uma divindade superior, que nasce de um encontro entre tradições religiosas católicas e as crenças africanas, procurando retirar o sinal negativo e a imagem de religião de bárbaros.

Seu propósito, mais do que intelectual, é político. Tenta argumentar e fornecer provas de que as culturas africanas são apoiadas em tradições milenares, identificando os símbolos da religião e a língua como elementos de afirmação de valores singulares, porém, capazes de fornecer o substrato intelectual para a formação de uma nação autônoma.

A idéia de que o povo “ignorante” é capaz de produzir um conhecimento elaborado e particular atravessa todo o seu trabalho. Defendendo o folclore nacional como fonte importante de conhecimento, Price-Mars é capaz de perceber que a cultura haitiana é fruto de um encontro privilegiado entre as culturas francesa e africana,



produzindo um resultado único, que associa elementos da língua, da religião, dos hábitos e costumes para produzir uma nova cultura nacional.

Em outro trabalho, *La Vocation de l'Elite* (1919), anterior a *Ainsi parla l'oncle*, são reunidas uma série de conferências e artigos que estabelecem os parâmetros para o desenvolvimento da cultura haitiana a partir de um debate sobre o papel da educação e das elites nacionais na construção do caminho próprio do Haiti como nação. Procura dialogar no sentido de uma descolonização do pensamento haitiano, reconhecendo o valor de uma cultura própria. É importante notar que estes trabalhos visam demonstrar que todos os povos constituíram suas nações a partir dos fatos culturais que brotam do folclore nacional. E que o valor destas tradições jamais deve ser menosprezado. Sendo assim, procura exaltar o valor da contribuição haitiana, de seus heróis nacionais, conhecidos e anônimos, sua língua e suas particularidades.

As contribuições destes dois autores visavam fundamentalmente colocar o Haiti como uma nação original, mas nunca inferior às demais. Firmin colocava-se num debate complexo, onde os termos da raça eram vistos como um dado que provocava a inferioridade de um povo formado por uma população de origem fundamentalmente africana. Price-Mars afirma a singularidade desta população e de suas produções culturais, defendendo sua capacidade de figurar entre as demais nações como uma contribuição válida para a humanidade. Ambos os autores enxergam o Haiti como uma espécie de vanguarda do pensamento da raça negra.

## Considerações finais

*Um dia, daria o sinal para a grande revolta, e os Senhores do Alem, tendo à frente Damballah, o Amo das Estradas e o Ogum das Armas, trariam o raio e o trovão para desencadear o ciclone que completaria a obra dos homens. Nesse grande momento – dizia Ti Noel – o sangue dos brancos correria pelos arroios, onde os Loas, ébrios de júbilo, iriam bebê-lo de bruços, até encher os pulmões” – Alejo Carpentier*

Para uma compreensão plena da obra de Antenor Firmin é preciso estar referido ao contexto em que ela é produzida. Firmin reconhece os avanços tecnológicos da civilização européia e acredita que o caminho do desenvolvimento pleno do Haiti dependia essencialmente do reconhecimento da igualdade racial dos negros com o homem branco europeu. Isso poderia significar uma espécie de rendição ao argumento evolucionista, porém, entendo que seu propósito é demonstrar que fornecendo as mesmas condições aos homens de diferentes raças é possível obter os mesmos resultados. Apenas por essa conclusão, seu argumento é mais do que revolucionário, sobretudo porque no âmbito do debate em que sua obra está inserida, ela oferece uma visão revolucionária das relações entre brancos e negros.

Se pensarmos que sua obra foi escrita em um momento em que ainda restavam países que se apoiavam na mão de obra escrava (a escravidão no Brasil foi abolida em 1888, três anos depois da primeira edição de sua obra) e todas as teorias científicas de sua época apontava para as diversas “provas de uma superioridade racial branca”, e tais teses foram sustentadas por um longo período do século XX e ainda sustentam ideologias racistas nos mais variados lugares do mundo.

A contribuição de Price-Mars é essencial no campo do debate sobre as culturas nacionais e da autonomia do Haiti. Sua obra influenciou fortemente os processos de independência das colônias africanas pós Segunda Grande Guerra, sendo um dos principais articuladores do movimento da *Négritude*, aliado às lideranças políticas e intelectuais africanas.

A crítica fundamental que pode ser feita a estas obras é o fato delas serem permanentemente atravessadas pela questão da raça. No entanto, meu entendimento em particular é que tais obras se colocam em um debate onde o Haiti aparece como um país

historicamente racializado, colocado como um lugar onde a raça foi sempre um elemento fundador das relações. A importância destas obras se situa na idéia de descolonização do pensamento, tão cara aos pensadores caribenhos como Retamar, Fanon e Aimé Césaire, por exemplo, e aos novos estudos sobre o Caribe produzidos na região e no Estados Unidos.

## Bibliografia

ANDERSON, B. 1983 *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso

BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. 1991 - *Race, Nation, Class. Ambiguous Identities*. Londres, Verso. Parte II, Cap. 4 e 5.

BARTH, F. 1969 - "Introduction". In: *Ethnic Groups and Boundaries*. Londres, G. Allen and Unwin.

BAUER, O. 2000 - "A Nação". In: BALAKRISHNAN, G. (org.) - *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto.

CARPENTIER, A. 1985 *O Reino deste Mundo* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

CONNOR, W. 1994 - *Ethnonationalism*. Princeton, N.J., Princeton University Press, Cap. 4 e 9.

ELIAS, N. 1997 - *Os alemães*. Rio de Janeiro, Zahar. Parte II - "Uma digressão sobre o nacionalismo".

FIRMIN, J. A. 2005 *De l'Égalité des races humaines (Anthropologie Positive)* Montreal/Québec: Mémoire D'Encrier

GELLNER, E. 1983 - *Nations and Nationalism*. Londres, Blackwell. Cap. 1 e 5.

GLAZER, N. e MOYNIHAN 1975 - "Introduction". In: GLAZER, N. e MOYNIHAN, D.P. (eds.) *Ethnicity. Theory and Experience*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

GLUCKMAN, Max. 1958 *Analysis of a social situation in modern Africa*. Manchester: Manchester University Press.

HOBSBAWM, E.J. 1984 - "Introdução" e "A produção em massa de tradições". In: HOBSBAWM, E.J. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ 1991 - *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Cap. I e IV.

HURBON, L. 1987 *Dieu dans le vaudou haïtien* Port-au-Prince: Éditions Deschamps

\_\_\_\_\_ 1987 *Comprendre Haïti: Essai sur l'Etat, la nation, la culture* Paris: Karhala

- \_\_\_\_\_ 1987 *Le Barbare Imaginaire* Port-au-Prince: Éditions Deschamps
- \_\_\_\_\_ S/D *Sur une Anthropologie Haïtienne au XIX<sup>e</sup> Siecle – Extrait* (separata)
- JAMES, C.L.R. (1963) *The Black Jacobins*. New York: Vintage Books
- KEYES, C.F. 1976 - “Towards a New Formulation of the Concept of Ethnic Group”. In: *Ethnicity*, 3 (3).
- MAUSS, M. 1969 - “La Nation”. In: *Oeuvres*, v. 3. Paris, Minuit.
- MÉTRAUX, A. 1958 *Le vaudou haïtien* Paris: Gallimard
- MITCHELL, J.C. (1956) *The Kalela Dance. Aspects of social relationships among urban africans in Northern Rhodesia*. Rhodes-Livingstone Paper n° 27
- PRICE-MARS, J. 2002 *La vocation de l'Elite* Port-au-Prince: Les Éditions Fardin
- \_\_\_\_\_ 1998 *Ainsi parla l'oncle: essais d'ethnographie* New York: Parapsychology Foundation Inc.
- RENAN, E. (1882) *O que é uma Nação*. (Tradução de Glaydson José da Silva). Revista Aulas: História Cultural em Multimídia – Volume 1 /Agosto 2006 - <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>
- SMITH, A.D. 1986 - *The Ethnic Origins of Nation*. Oxford, Blackwell. Introdução. Cap. 1 e 9.
- WEBER, M. s/d. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar. Parte II, Cap. VI.
- \_\_\_\_\_ 1991 - *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. UnB. 2<sup>a</sup>. Parte, Cap. 4.
- COHEN, A. 1969 - *Custom and Politics in Urban Africa*. Londres, Routledge.
- \_\_\_\_\_ 1974 - “The Lesson of Ethnicity”. In: COHEN, A. (ed.) *Urban Ethnicity*. Londres, Tavistock.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)